

O sismo de 11 de Novembro de 1858 no concelho de Grândola

IDÁLIO NUNES*

RESUMO

A vila de Grândola e a aldeia de Melides foram fortemente atingidas pelo sismo de 11 de Novembro de 1858. Todos os edifícios foram afectados, em maior ou menor grau, salientando-se, em Grândola, os Paços do Concelho, as igrejas Matriz e da Misericórdia, e o Celeiro Comum. Em Melides, a maior ruína aconteceu na igreja de São Pedro.

ABSTRACT

The town of Grândola and the village of Melides were severely damaged by the earthquake, in 1858. All buildings were, to a higher or lesser extent, affected, with special incidence to the Town Hall, the Mother Church and the Community Barn, in Grândola. In Melides, the most serious destruction happened in St. Peters Church.

AS REPERCUSSÕES DO SISMO NA VILA DE GRÂNDOLA

No ano de 1858, a vila de Grândola sofreu as consequências de um sismo que, embora esquecido pela precária memória humana, possui do ponto de vista histórico certa relevância.

Este sismo teve, provavelmente, origem no vale submarino do Sado (associado a acidentes tectónicos tardi-hercínios) e deu-se a 11 de Novembro de 1858, uma quinta-feira. Na cidade de Setúbal atingiu uma intensidade IX (Escala de Mercalli Modificada), e provocou grandes estragos em diversas povoações.

José Vicente Serrano, à época Administrador do Concelho de Grândola, enviou, no dia 13 de Novembro, um ofício ao Governador Civil do Distrito de Lisboa, ao qual Grândola pertencia. Por este documento, ficamos a saber que o abalo se deu pelas sete e meia da manhã, tendo deixado os prédios da vila bastante afectados, e alguns em completa ruína. Pelas oito horas, dá-se a primeira réplica, e a segunda (e última) fez-se sentir pelas catorze horas⁽¹⁾.

Assustada, a população, abandonou as suas casas, e agrupou-se no Rocio Oriental, onde se encontrava a ermida do Senhor dos Aflitos, local esse em que também se havia reunido aquando do terramoto de 1755. Foi aí, que a maior parte dos grandolenses passou a noite, em



Fig. 1 - Igreja Matriz - Grândola.



Fig. 2 - Antigos Paços do Concelho – Praça D. Jorge.

* Investigador de História Local e Regional.

1 - A.M.G., Livro de correspondência expedida a diversas autoridades (1857/1860) – Fundo da Administração do Concelho, fl 48.

ambiente de grande consternação, agradecendo a Deus e ao Senhor dos Aflitos a graça de não terem ocorrido mortes.

Ao nível dos estragos provocados nos edifícios, os documentos conhecidos reportam-se, fundamentalmente, aos de natureza pública. A 22 de Novembro o Administrador do Concelho respondeu a um ofício do Governador Civil afirmando que: «(...) *todos os prédios, em geral, ficaram bastante arruinados e com especialidade as Casas da Câmara, Igrejas Matriz e da Misericórdia e as torres da Matriz e das Casas da Câmara*»⁽²⁾. A capela do antigo cemitério, situado nos terrenos onde se encontram hoje as instalações da Santa Casa da Misericórdia e, ao que julgamos, em parte do Jardim 1º de Maio, sofreu alguns danos, tendo as suas paredes e a carneira sido intervencionadas. Chegou-nos, igualmente, a informação do desentulhamento de uma arcada que caiu. Tratar-se-ia do arco que ligava a residência do Morgado dos Canais⁽³⁾ à Igreja da Misericórdia? Fica a dúvida.

No ano económico de 1861/62, a Câmara pagou, ainda, algumas obras que podem ter ligação a este sismo, tais como os reparos feitos no Açougue e na Casa do Peixe, e a colocação de uma janela nova na Cadeia das mulheres. A Santa Casa da Misericórdia foi, do mesmo modo, bastante penalizada por esta catástrofe, pois além dos estragos na igreja, viu, ainda, danificado o Hospital e o Celeiro.

O edifício do Celeiro Comum, situado - segundo julgamos - atrás da igreja de São Pedro⁽⁴⁾, ficou bastante arruinado. Esta instituição foi, inegavelmente, de grande importância, visto ter prestado um auxílio precioso aos

lavradores do concelho no que respeita à obtenção de cereal para as sementeiras. Segundo Manuel Nunes da Mata, Presidente da Junta Administrativa do Celeiro, o edifício era antigo e, tendo estado arruinado, havia sido alvo de obras pouco tempo antes. Contudo, com o sismo ficou em completa ruína, impróprio para nele se recolher o cereal⁽⁵⁾. As suas obras foram arrematadas pela quantia de 60.000 réis, tendo sido efectuada a vistoria da conclusão das mesmas, em 4 de Setembro de 1859⁽⁶⁾.

O sismo de 1858 afectou, como vimos, em menor ou maior grau, todos os grandolenses. Ao compulsarmos a diversa documentação, fica-nos a ideia da união dos habitantes e das suas instituições em torno da necessidade de repor a normalidade e de recuperar os edifícios afectados.

No que concerne a auxílios prestados à população, sabemos que foram nomeadas comissões de angariação de fundos, para a reparação das casas e de socorro aos mais desprotegidos. Os anos seguintes não foram fáceis. Em Abril de 1859 faltou o pão, e as searas não estavam promissoras. Se por um lado havia, mais uma vez, a ameaça da fome, por outro, os impostos faziam vergar a população, especialmente, a mais pobre⁽⁷⁾.

AS REPERCUSSÕES DO SISMO NA ALDEIA DE MELIDES

No que respeita à imprensa escrita da época, pelo menos dois jornais noticiaram o que se passou em Melides: «A Opinião», de 18 de Novembro de 1858, e «O



Figs. 3 e 4 - Igreja de São Pedro - Melides; Rua Nova-Melides.

2 - Idem, *ibidem*, fl 48v.

3 - José Joaquim de Sande Salema Guerreiro Barradas Champalimado (1855/1915), último administrador do Vínculo de Guerreiro Barradas e último membro desta família a habitar a Casa da Praça. Vide Manuel Costa Gaio Tavares de Almeida, *Roteiro Setecentista da Vila de Grândola Subsídios para uma Monografia III*, Câmara Municipal de Grândola, 1998, pp. 138-139.

No local onde se encontrava esta residência situa-se hoje o Hotel D. Jorge, cuja fachada principal é réplica da anterior.

4 - “*Hum Celeiro Comum atrás da Igreja de São Pedro, que contem duas cazas, as quaes servem de Celeiro Comum, o qual parte do Norte com o Largo de São Pedro; Sul e Poente com o Cerrado de Manoel de Sande Abelha; e Nascente com Igreja de São Pedro*”. A.M.G., Livro de Descrição geral dos bens próprios do município (1850) Fundo da Câmara Municipal, fl 2v.

5 - A.M.G., Livro de Correspondência expedida e recebida (1854/1864) Fundo do Celeiro Comum, fls 21-21v.

6 - O Auto de Arrematação encontra-se datado de 5 de Junho de 1859. Idem, Livro de Actas e decisões da Junta do Celeiro Comum (1854/1864) Fundo do Celeiro Comum, fls 34v-36.

7 - A 7 de Março de 1859 o Administrador do Concelho aponta como causas de alguns excessos cometidos pela população, na sequência de um homicídio perpetrado por um criado do Escrivão da Fazenda: “*A efectividade de tantas cobranças em tão pouco tempo, o demaziado excesso no actual lançamento dos Impostos não extinctos, e foi a miseria em que este Povo se acha depois do fatal dia onze de Novembro proximo pretérito*”. Idem, Livro de Correspondência expedida a diversas autoridades (1857/1860) Fundo da Administração do Concelho, fls 59-59v.

Curioso de Setúbal», de 4 e 18 de Dezembro do mesmo ano. Dizem-nos estas fontes, em síntese, o seguinte: – A aldeia sofreu muito com o tremor de terra (dois abalos, sendo um às duas horas da noite, e o outro às dez horas e vinte minutos) ficando a igreja e quase todos os edifícios bastante arruinados, e algumas famílias sem habitação («O Curioso de Setúbal»); – Deram-se abatimentos em moinhos e celeiros de arroz, perdendo-se importante quantidade deste cereal; – Não houve perda de vidas humanas, mas o terror que a população sentiu foi grande, tendo pernoitado fora de casa ou em barracas que, provisoriamente, construíram («A Opinião»).

Através da análise da diversa documentação consultada, ficamos ao corrente de que os procedimentos adoptados, em Melides, foram muito semelhantes aos que se tomaram para a vila de Grândola e restantes freguesias. José Vicente Serrano, Administrador do Concelho, oficiou ao Governador Civil em 22 de Novembro informando que, mais de metade dos prédios caiu, uma parte da igreja ficou em completa ruína, não se podia celebrar nela missa, e a população se encontrava bastante consternada, pretendendo efectuar uma representação ao Governo para que este a socorresse⁸⁾.

Por outro lado, a Câmara Municipal nomeou, em 5 de Dezembro, uma Comissão para angariação de donativos a distribuir pelos pobres, constituída por João António (Rodrigues), Carlos José de Vilhena Brum, Joaquim Pedro d'Alcântara e Manuel Pinela (do Montum)⁹⁾.

Embora nos pareça que houve, de facto, um nítido empenho das autoridades em minorar os efeitos da catástrofe, o processo não se pautou por grande

celeridade. A 14 de Dezembro ainda não tinha sido efectuado qualquer reparo na igreja de São Pedro, porque a mesma não dispunha de fundos para a realização das obras. Os mais endinheirados iam, gradualmente, melhorando os seus prédios, mas os mais pobres nada podiam fazer. A sua esperança residia num donativo de três contos de réis, que haviam solicitado ao Governo e a Comissão ainda não tinha recebido valor algum¹⁰⁾.

É já em 1859 que se dá início às obras nos edifícios dos mais necessitados e, provavelmente, na igreja de São Pedro. A 4 de Junho desse ano, a Câmara Municipal nomeou uma Comissão para dirigir as obras, composta pelo Prior Francisco Revés Duarte, António Jacinto da Silva Pereira Sabido, Joaquim Pedro d'Alcântara, Prudêncio António de Matos e Bernardino Ferreira Pinto¹¹⁾.

Para além destas informações, muitas dúvidas subsistem: Como decorreram as obras e quantos imóveis foram intervencionados? Desses, quantos existem nos nossos dias? O tipo de intervenção, nomeadamente na igreja de São Pedro, alterou alguns aspectos da sua traça arquitectónica ou elementos decorativos? A igreja de Santa Marinha ficou, certamente, danificada mas nunca a encontramos mencionada. Sofreu obras ou não?

Um cataclismo desta envergadura produz, sempre, efeitos ao nível do património edificado. Foi da tentativa de perceber qual a dimensão dos mesmos que surgiu este artigo.

8 - Idem, *ibidem*, fl 48v.

9 - Idem, *ibidem*, fls 50-50v.

10 - Idem, *ibidem*, fls 51-51v.

11 - Idem, Livro de Actas das Vereações (1851/1864) Fundo da Câmara Municipal, fl 85v.